

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.586 - SP (2019/0298850-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIANA FERREIRA CAVALCANTE - GO031724
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : REGINALDO BORGES DA SILVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de REGINALDO BORGES DA SILVEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0069753-98.2017.8.26.0050).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 1 ano, 4 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, e multa, com substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, pela prática do crime previsto no art. 155, *caput*, do Código Penal, por duas vezes, em continuidade delitiva (e-STJ fls. 31/34).

Irresignadas, as partes interpuseram apelações, sendo improvido o recurso da defesa e parcialmente provido o ministerial para exasperar a pena-base, razão pela qual a pena do paciente foi redimensionada para 1 ano, 7 meses e 1 dia de reclusão e multa, além de cassar a substituição da pena, mantidos os demais termos da condenação (e-STJ fls. 35/44). Segue a ementa do acórdão:

APELAÇÃO - FURTO - Ligação direta de água no sistema de abastecimento da Sabesp - Autoria e materialidade delitivas nitidamente delineadas nos autos - Alegação de que a ligação já existia de longa data - Indiferença - Absolvição - Impossibilidade -

Ausente dúvidas sobre a ligação clandestina e o usufruto da água pelo réu, pouco importa quem tenha feito a instalação - Furto caracterizado - Pleito ministerial para reconhecimento da figura privilegiada, exasperação das penas, recrudescimento do regime prisional e afastamento da substituição da pena corporal

Superior Tribunal de Justiça

por restritiva de direitos - Fraude não configurada - Dosimetria - Réu portador de duas condenações anteriores - Elevação da pena-base por maus antecedentes - Necessidade - Continuidade delitiva - Aplicação de fração maior de aumento - Descabimento - dúvida em relação ao número de condutas praticadas - Substituição da pena corporal por restritiva de direitos - Insuficiência - Regime fechado - Desnecessidade - Recurso defensivo desprovido, provido em parte o ministerial com determinação de imediata expedição de mandado de prisão.

A defesa do paciente impetrou outro *habeas corpus* nesta Corte (HC 522.578/SP), oportunidade em que formulou tese absolutória e postulou o abrandamento do regime prisional.

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/12), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois exasperou a pena-base de forma indevida. Para tanto, afirma que a condenação utilizada para efeito de negativar os antecedentes do paciente foi a mesma que embasou a agravante da reincidência, incorrendo em indevido *bis in idem*. Aponta, ademais, que *todas as condenações devem ser consideradas, apenas e tão somente, no cálculo da reincidência, não se admitindo que uma delas seja utilizada, isoladamente, para configurar os maus antecedentes* (e-STJ f. 6).

De outra parte, entende que o paciente faz jus à substituição da pena, tendo em vista que *trata-se DE FURTO DE ÁGUA, bem de domínio público, vale dizer, bem comum, essencial à manutenção da vida no planeta, que se traduz, por sua natureza jurídica, em um bem ambiental fundamental à garantia da dignidade da pessoa humana* (e-STJ fl. 7).

Ao final, liminarmente e no mérito, pede concessão da ordem para que a pena do paciente seja reduzida, além da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto,

Superior Tribunal de Justiça

nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispensei informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator